



APROVA:

Dispõe sobre a obrigatoriedade, no âmbito do Município de Teresina, das empresas concessionárias, permissionárias ou terceirizadas de serviços públicos de oferecerem aos seus consumidores opções de quitações débitos pendentes, antes da suspensão dos serviços, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí,

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigatória, no âmbito do Município de Teresina, que as empresas concessionárias, permissionárias ou terceirizadas de serviços públicos, deverão oferecer aos seus consumidores opções para quitações de débitos pendentes, antes da execução da suspensão dos serviços.

§ 1º As empresas deverão oferecer aos consumidores oportunidades de quitações dos débitos através de cartão de débito, cartão de crédito e/ou pagamento via PIX, por meio de *QR-Code* (Código de Resposta Rápida), bem como, mediante outros canais de recebimento da empresa.

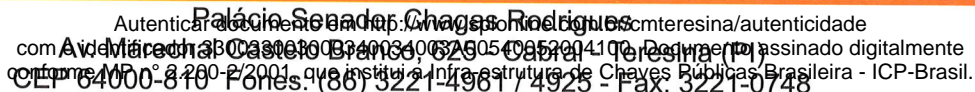
§ 2º Se ocorrer do agente concessionário ou terceirizado não encontrar o proprietário ou qualquer outra pessoa no endereço do imóvel, após tentativa de chamada verbal e toques em campainhas ou similares, o mesmo poderá efetuar o corte do fornecimento do serviço, deixando por baixo da porta ou em caixa de correios uma notificação com a indicação da data e horário que se deu a suspensão do serviço.

Art. 2º É assegurada às empresas concessionárias, permissionárias ou terceirizadas de serviços públicos escolherem a melhor alternativa de pagamento para a quitação do débito pendente nas formas previstas no § 1º do art. 1º desta Lei.

Art. 3º Qualquer pessoa poderá denunciar o descumprimento das normas contidas nesta Lei, aos órgãos competentes.

§ 1º O descumprimento sujeitará à empresa infratora, gradativamente, as seguintes penalidades:

I - advertência, com Notificação para regularização no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias;





APROVA:

IV - cassação do Alvará.